



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
L I S B O A

**COMISSÃO PERMANENTE DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PATRIMÓNIO,  
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E TURISMO**

**PARECER**

**PROPOSTA N.º 261/2012**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2011**

A Comissão Permanente de Administração, Finanças, Património, Desenvolvimento Económico e Turismo, reunida em 22 de Maio de 2012, deliberou dar o seu parecer relativo à Proposta N.º 261/2012, nos seguintes termos.

Em 16 de Maio de 2012, a Comissão reuniu a fim de proceder à audição da Senhora Vereadora das Finanças, Dra. Maria João Mendes, sobre a proposta, em relação à qual fez a apresentação e deu explicações sobre a mesma. Assim sendo, a Comissão entende que a proposta está apta a ser discutida e votada em Plenário da Assembleia Municipal, dado que respeita os requisitos legais na sua elaboração.

Neste contexto, a Comissão reitera as preocupações manifestadas pelo Revisor Oficial de Contas, conforme mencionado em anos anteriores, no que respeita às reservas pelo processo de inventariação dos bens do Município de Lisboa persistir em não estar concluído, perante a falta de identificação de imobilizados. Aliás, a preocupação estende-se devido às três dezenas de reservas distribuídas pelas Certificações Legais das Contas do Município e Consolidadas, manifestadas pelo Revisor Oficial de Contas, concluindo-se que os saldos das contas do Balanço e Demonstração de Resultados de 2008 não foram validados.

Em relação às Empresas Municipais registam-se resultados líquidos positivos e equilíbrio dos capitais próprios das mesmas. De qualquer modo, há que referir que a Câmara aprovou previamente documentos de prestação de contas consolidados em detrimento da aprovação das demonstrações financeiras das empresas municipais.

Quanto aos aspectos orçamentais mais relevantes, o exercício de 2011 pautou-se por taxas de execução da receita e da despesa na ordem dos 60%, sendo a taxa de execução do Plano de Actividades de 49% e a taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos de 27,6%. Para esta situação contribuiu em grande medida a não execução da operação de criação do Fundo de Investimento Imobiliário, impossibilitando a amortização antecipada de passivos financeiros. Ainda de referir que as baixas taxas de execução dos Planos ficaram a dever-se à não execução de projectos com financiamento alheio assegurado.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA  
ENTRADA N.º 1189  
EM 22/05/2012  
O Funcionário, Ara Fernandes



Precisamente em relação ao financiamento alheio do Plano de Actividades há situações merecedoras de um esclarecimento mais rigoroso que não consta do Relatório de Gestão.

O Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras de 2011 apresentam taxas de execução baixas devido à diminuição de receitas, nomeadamente as fiscais. Por outro lado, os passivos financeiros aumentaram, tendo em consideração o empréstimo de curto prazo de 18 M € e o financiamento do PIPARU de 25 M €.

Apesar de tudo, há um trabalho de reestruturação e gestão da dívida que permitiu baixar o valor gasto no serviço da mesma, reconhecendo-se que a maturidade do ciclo da dívida será máxima 11 a 15 anos, pelo que deve estar sujeita a renegociações permanentes e amortizações extraordinárias.

O presente parecer foi aprovado por maioria, com o voto contra do PCP, estando ausente o BE.

Assembleia Municipal de Lisboa, em 22 de Maio de 2012.

O Presidente da Comissão

Rui Pessanha da Silva